

## Controladoria lança nova versão do Sistema de Informações Gerenciais

Implementado em 1996 pela Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro (CGM), o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) ganhou em 2005 uma nova versão com avanços nas ferramentas de BI (*Business Intelligence*), que permite capturar dados diariamente de uma base operacional e transferi-las para uma gerencial, além de, por meio de uma interface gráfica, apresentar telas gerenciais automaticamente, acompanhadas de gráficos. O novo SIG usa a internet como base para a apresentação, mantém o histórico gerencial dos exercícios e permite maior flexibilidade na navegação, telas flexíveis e consultas com cruzamento de dados.

“As mudanças vão possibilitar que o SIG abranja um número maior de usuários, uma vez que com o incremento da ferramenta não é mais necessário estar com ele instalado na máquina, basta ter o acesso”, explica Tanize Richa Ribeiro, coordenadora da Coordenadoria Geral de Normas e Informações Gerenciais (CIG). Antes eram dez as licenças e apenas a Controladoria podia acessar o sistema. A nova versão possibilitou a concessão inicial de 60 licenças custeadas pela CGM, que abrange todos os órgãos da Prefeitura. Segundo Tanize, a intenção é colocar pelo menos um ponto de licença em cada um dos órgãos da administração direta e indireta. “Basicamente 20 serão

destinadas à CGM, cerca de cinco ao Gabinete do Prefeito, quatro à Secretaria de Fazenda e quatro à Secretaria de Administração. A Secretaria Municipal de Educação (SME) terá três e as demais secretarias e órgãos da administração indireta, uma licença cada”, informa.

Outra inovação do SIG está na mudança da codificação programática da receita e da despesa em 2002. Não só os códigos de receita e despesa mudaram, como também o conceito relativo a esses códigos. “O SIG, de uma forma gerencial, traz a correlação de/para de receita e de despesa. Por exemplo: material de consumo. Vamos carregar esse histórico gerencial desde 1994, o que o sistema contábil não conseguiria fazer porque possuía um código antes e hoje possui outro”.

Entre os principais benefícios proporcionados pelo SIG Tanize destaca: a integração de informações dispersas, redução (ou eliminação) de perda de informações importantes, a utilização mais eficiente e eficaz das informações, maior informação por tempo (permitindo melhor desempenho administrativo), maior facilidade para planejamento e eficiência dos instrumentos de controle e de monitoramento das exigências e dos limites legais (inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal).



Continua na página 9

## Desafios para a construção de Estados

Escrito após os atentados de 11 de setembro de 2001, o livro *Construção de Estados - governo e organização no século XXI*, de Francis Fukuyama, defende idéias polêmicas como a legitimação das intervenções norte-americanas no Iraque e no Afeganistão. Para o autor, um Estado fraco pode ser responsável por problemas que afetam todo o mundo.

Leia a resenha na página 8



## EDITORIAL

## Auditoria como processo de formação de opinião

Lino Martins da Silva

Recentemente, alguns órgãos de auditoria no setor público têm emitido opiniões baseadas em “testemunhos” de cidadãos. Não só utilizam tais testemunhos como elementos comprobatórios do relatório produzido, como também são por eles influenciados na emissão do parecer final. Qualquer estudante de Direito sabe, porém, que a prova testemunhal precisa ser sempre olhada com desconfiança.

*Qualquer estudante de Direito  
sabe que a prova testemunhal  
precisa ser sempre  
olhada com desconfiança*

Esta reflexão remete à citação do seguinte trecho da Bíblia Sagrada (Deuteronômio, 19:15-21) recuperado por Ana Luiza Almeida Ferro no brilhante estudo publicado pela Editora Del Rey, *O Crime de falso testemunho ou falsa perícia*:

“Não valerá contra alguém uma só testemunha, qualquer que for o delito ou o crime; mas tudo será verificado sobre o depoimento de duas ou três testemunhas. Se se apresentar uma testemunha falsa contra um homem, acusando-o de prevaricação, ambos os contendores comparecerão diante do Senhor na presença dos sacerdotes e juízes que forem naqueles dias. E quando estes, depois dum diligentíssimo exame, conhecerem que a testemunha falsa disse uma mentira contra o seu irmão, far-lhe-ão o que ele tinha intenção de fazer ao seu irmão, e tirarás o mal do meio de ti, para que os outros, ouvindo isto, tenham medo, e de nenhum modo se atrevam a fazer tais coisas. Não terás compaixão dele, mas exigirás vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé!”

Um estudo bibliográfico das técnicas de auditoria revelará que a opinião do auditor a ser expressa no relatório deve estar embasada em duas premissas fundamentais: (a) obtenção das provas necessárias para formar um juízo sobre o objeto do exame e (b) avaliação das evidências. A primeira refere-se à obtenção de elementos de juízo e tem por objetivo provar a razoabilidade das afirmações constantes das demonstrações contábeis. Por outro lado, as evidências devem ser pertinentes, válidas e suficientes. Pertinente é uma condição óbvia: diz respeito ao fato de que as provas devem referir-se à afirmação que o auditor deseja verificar e aos aspectos da sua importância para o auditor. A validade da evidência significa a força de persuasão que tem sobre o juízo do auditor e compreende sua confiabilidade. Por outro lado, as provas serão suficientes quando os procedimentos aplicados gerarem uma quantidade necessária de evidências para formar a opinião do auditor sobre a razoabilidade.

Nesse aspecto, um dos problemas que os auditores públicos têm enfrentado é que certas afirmações constantes dos relatórios financeiros dos entes auditados não são fáceis de comprovação – por serem imateriais ou por estarem sujeitas a restrições de custo e de tempo.

*A validade da evidência significa  
a força de persuasão que tem  
sobre o juízo do auditor  
e compreende sua confiabilidade*

Ao suprir tais dificuldades por provas testemunhais podem estar apenas tentando satisfazer aqueles que não admitem que o trabalho auditoria tem limitações e acham, absurdamente, que tanto o trabalho dos auditores como as auditorias são infalíveis.

# Contabilidade pública ainda é assunto pouco estudado

Uma estante repleta de títulos sobre contabilidade pública continua um sonho para os profissionais brasileiros da área. Apesar de ser um tema de interesse entre pesquisadores e estudantes de Ciências Contábeis, a bibliografia específica permanece reduzida no Brasil, onde são poucos os cursos superiores voltados para a gestão pública. Nos cursos de contabilidade a ênfase curricular está em contabilidade geral, o que contribui para a baixa demanda de textos sobre o assunto.

De acordo com o professor João Marino Júnior, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), o termo "contabilidade pública" é de difícil entendimento para leigos. Para ele, o interesse do cidadão está muito mais "na fiscalização, no combate à corrupção e na boa gestão dos recursos (benefícios sociais)". E completa: "assim, contabilidade pública ainda é incompreensível para quem não tem familiaridade com a área contábil".

O professor acredita que a bibliografia específica, apesar de restrita, melhorou nos últimos anos, principalmente com a implementação da Lei 4.320/64, que trata das normas para elaboração e controle do orçamento e de balanços públicos e pela Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000. Diz ainda que o fato de a bibliografia ser escassa não compromete a formação dos alunos, pois os livros disponíveis em português são muito bons. Atualmente existem mais de 800 cursos superiores de Ciências

Contábeis no Brasil, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A maioria deles está concentrada na região sudeste (344), seguida da região sul (186). Nas regiões nordeste, centro-oeste e sul há, respectivamente, 162, 99 e 53 cursos cadastrados. São Paulo e Rio de Janeiro são as cidades com maior oferta de faculdades para quem quer ser um profissional de contabilidade.

Nas universidades brasileiras a disciplina contabilidade pública, também identificada como contabilidade governamental, é matéria obrigatória no currículo das faculdades de Ciências Contábeis. O Ministério da Educação exige que no currículo mínimo estejam incluídas, entre os conteúdos de formação profissional, matérias sobre a relação da teoria da contabilidade com a atuação, auditoria, controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público. Outros conhecimentos obrigatórios são: contabilidade geral, teorias da contabilidade, análise das demonstrações contábeis, auditoria, perícia contábil, administração financeira e orçamento empresarial e contabilidade e análise de custos. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, os estudantes têm aulas de técnica de orçamento e contabilidade pública nos dois últimos períodos do curso de graduação em contabilidade, enquanto na Universidade Federal do Rio de Janeiro a disciplina Contabilidade das Entidades Governamentais faz parte do grupo de matérias do 5º período do curso de Ciências Contábeis.

Quem quiser seguir a carreira e se especializar pode procurar um curso de pós-graduação. Doze deles obtiveram nota igual ou superior a 3,0 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por isso atendem aos

públicos no nível de graduação e de pós-graduação. "A falta de mestres e doutores reduz praticamente a zero a produção do conhecimento científico nessa área. Quem acaba responsável pelas aulas não é mestre ou doutor em contabilidade mas um profissional que,



requisitos básicos para serem reconhecidos pelo MEC. Eles estão divididos em Ciências Contábeis (com áreas de concentração em mensuração contábil, contabilidade e finanças), Contabilidade (controladoria) e Controladoria (controladoria e contabilidade).

James Giacomoni, autor do livro *Orçamento Público* e professor do departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília (UnB), afirma que não existe hoje uma política de incentivo para que as universidades federais preparem especialistas em contabilidade e orçamento

por trabalhar na área pública, tem interesse e conhece razoavelmente o assunto", esclarece.

Não há uma cultura entre os alunos de que a área pública é interessante para os contadores. "Não temos nas principais universidades do País nenhum curso de graduação que permita ao aluno ter acesso à área de concentração em controladoria pública ou algo similar", diz a professora Márcia Carvalho dos Santos, coordenadora do curso de Ciências Contábeis da UFRJ.



## A construção de Estados fortes no século XXI

Após decretar o “fim da história” com o colapso do comunismo e a ascensão da democracia liberal (um modelo de governo capaz de satisfazer a todos), o professor norte-americano de economia Francis Fukuyama afirma em *Construção de Estados – governo e organização no século XXI* que Estados fracos são incapazes de exercer a soberania sobre seu território.

***“As organizações mais eficazes são inevitavelmente aquelas dirigidas por indivíduos altamente capazes, que recebem um alto grau de discrição e enfrentam relativamente poucos controles institucionais formais”.***

As conseqüências disso – surgimento de grupos terroristas com acesso a armas de destruição em massa, Aids, drogas – podem afetar todo o mundo. Para ajudar a evitar tal situação ele defende a intervenção dos países desenvolvidos, a fim de reconstruir os Estados fracassados ou fortalecer os existentes.

O livro está dividido em três partes. Na primeira, Fukuyama traça um quadro analítico das dimensões de ‘estabilidade’ (funções, competências e bases para a legitimidade dos governos); na segunda examina as causas da fraqueza dos Estados e na última parte discute as dimensões internacionais dessa fraqueza.

De acordo com Fukuyama, os efeitos negativos da abrangência excessiva do Estado são, a longo prazo, compensados pelos resultados positivos de uma maior capacidade administrativa. Na comparação entre Estados autoritários e democráticos, Fukuyama avalia que os democráticos possuem controles institucionais contra incompetência ou roubo: podem votar pela saída dos maus líderes, enquanto que os autoritários não. No caso do Brasil são citados o clientelismo e a busca pelo lucro. O federalismo fiscal é apontado como uma das razões de o país, assim como a Argentina, ter dificuldades para controlar os déficits orçamentários.

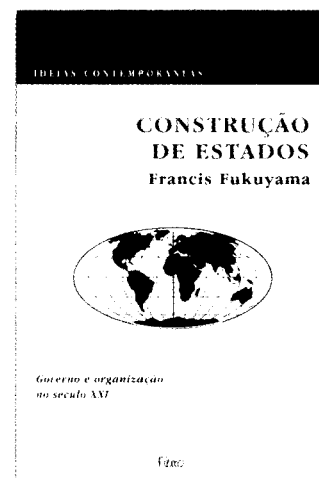
O professor sustenta que os países pobres têm mais problemas de desempenho no setor público que os ricos. “Organizações com fundos insuficientes funcionam pior em todos os níveis; assim, não é de se surpreender que os órgãos públicos em países

pobres, com pessoal mal treinado e infra-estrutura inadequada, tenham dificuldades para prestar serviços”, afirma. Para ele, as normas interiorizadas que motivam os trabalhadores a fazerem mais que o mínimo em troca de salário têm origem na educação, no treinamento e em um processo de socialização.

Nos casos em que são desrespeitados os direitos humanos, o escritor alega que as intervenções humanitárias são justificáveis. “Nessas circunstâncias, as potências, agindo em nome dos direitos humanos e da legitimidade democrática, tinham não apenas o direito, mas também a obrigação de intervir”.

***“As burocracias públicas nos países em desenvolvimento estão cheias de clientelismo e corrupção”.***

Sobre a construção de nações (considerado um processo mais complexo do que construir Estados), ele aponta três fases principais: reconstrução pós-conflito (aplicados a casos como Afeganistão, Somália e Kosovo), criação de instituições estatais auto-sustentadas que possam



*Construção de Estados*  
Francis Fukuyama  
Rio de Janeiro: Rocco,  
2005. 172p.

sobreviver à retirada da intervenção externa e fortalecimento dos Estados fracos (onde a autoridade existe, mas não consegue executar determinadas funções como proteção de direitos de propriedade e provisão do ensino básico). Fukuyama observa que a tendência da política mundial no século XX foi reduzir a ‘estabilidade’. Para o período pós 11 de setembro o principal desafio será aprender a melhor construir os Estados. Ele entende que os países precisam ser capazes de erguer instituições estatais não apenas dentro de suas fronteiras, mas também em outros países, mais desorganizados e perigosos. Assim, qualquer esforço para governar outras pessoas é passageiro e não implica ambições imperiais.

**Continuação da primeira página****Módulos**

O novo SIG é composto por dois módulos: Controladoria e Custos. O módulo Controladoria traz informações do orçamento de toda a Prefeitura. O módulo Custos corresponde a conceitos que a Controladoria estuda de forma pioneira desde 1995. O módulo Controladoria, cuja principal base de dados é o sistema Fincon, possui quatro segmentos: execução orçamentária, programação de desembolsos, indicadores financeiros e tabelas de consultas. O módulo Custos permite consultas relativas a pessoal, gêneros alimentícios, gastos gerais (Fincon), consolidado (custo direto) e custo por aluno (este apenas para a Educação, por enquanto).

O segmento de pessoal apresenta os gastos dos órgãos da Prefeitura (com exceção da Comlurb e da Previ-Rio, que possuem sistemas próprios). O de gêneros opera com dados extraídos do Sistema de Controle de Gêneros Alimentícios (Sisgen) e mostra os gastos com aquisição de gêneros alimentícios por órgão/entidade. Pode-se, por exemplo, consultar produtos e quantidade de gêneros que cada escola está consumindo, os maiores fornecedores por gêneros, o número de pessoas que consomem os alimentos e os preços de referência. "A Secretaria de Educação informou que, graças aos números repassados pela Coordenadoria, já houve uma economia de gêneros e conseguiu comparar escolas, embora ainda não tenha acesso ao Sistema completo", diz Tanize.

O segmento gastos gerais apresenta informações extraídas do Fincon, o detalhamento da apropriação direta dos gastos por natureza de despesa, o período de competência e os órgãos/unidades consumidoras dos recursos. A versão

consolidada apresenta todos os gastos organizados de acordo com os grandes grupos de despesas do orçamento, compondo, assim, o custo direto gerencial por cada órgão da Prefeitura.

**Custos x contábil**

"É importante lembrar que o conceito de custo e o conceito contábil são diferentes", afirma Tanize. Ela cita como exemplo a Guarda Municipal, que compra uniformes duas vezes por ano: "vemos no módulo Controladoria (que abrange o sistema contábil) duas grandes liquidações de uniformes ao ano: uma em janeiro e outra em julho, por exemplo. Teoricamente o custo de cada guarda nesses dois meses seria elevado". No módulo de custos, apropria-se diretamente os componentes do custo das atividades. "O sistema de custos usa o valor inteiro, lê os campos competência e unidade administrativa e apropria diretamente esses valores do Fincon (amortizados e diluídos de acordo com a vida útil e as unidades)", explica.

Com relação à folha de pessoal, o sistema de custos é um *data warehouse*, banco de dados especializado que utiliza informações de vários sistemas corporativos da Prefeitura. Difere do módulo Controladoria, que colhe informações do sistema contábil e necessita que algumas sejam digitadas (como índice, tabelas, diárias, Imposto de Renda, indicadores econômicos etc.). O sistema de custos obtém informações da folha de pagamento, do sistema de gêneros alimentícios e do Fincon e trabalha esses dados. São formados três cubos com cada um dos três sistemas e em seguida um quarto cubo, o consolidado, do qual constam informações sobre o custo gerencial direto para toda a Prefeitura.

O quinto cubo (disponível apenas para a Secretaria de Educação) é o custo aluno,

que corresponde ao rateio dos custos indiretos por escola e conforme o número de alunos. "Internamente estudamos outras secretarias e órgãos da administração indireta. Se for necessário, podemos levantar os custos indiretos de outros órgãos", diz Tanize. Em 1995, quando o seu setor começou a estudar custos, o Prefeito Cesar Maia elegeu alguns órgãos como os mais importantes, entre eles as secretarias de Educação e a (na época) de Desenvolvimento Social. A SME foi escolhida como piloto para o trabalho desenvolvido. Para 2006, está prevista a inclusão da Secretaria de Saúde. A atualização dos dados do módulo Controladoria é diária e a de Custos, mensal – com exceção de alguns segmentos, como o de gêneros, que possui atualização quinzenal com a tabela da Fundação Getúlio Vargas.

As informações do Sistema são apresentadas em quatro moedas: dois tipos de real constante (excluindo o efeito inflacionário pelo IGP-DI e pelo IPCAE), dólar e real, sempre em milhares. De acordo com Tanize, as cotações em dólar são importantes nos momentos em que a Prefeitura pede empréstimos e faz captação de recursos.

**Treinamento**

Os usuários da Controladoria já começaram a ser treinados, inclusive para o módulo que permite cruzar diferentes dimensões e atributos. O treinamento dos usuários nas demais secretarias deve ser iniciado depois da apresentação do Sistema aos Secretários.

A Prefeitura do Rio é pioneira nesse sistema. No Brasil, existe o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). No módulo de Custos há experiências na Bahia.

**Continuação página 3**

Na universidade existe um projeto de criação de curso de Gestão Pública e Desenvolvimento que, segundo Márcia, é "uma proposta inovadora na qual diversas unidades estão trabalhando em prol de um projeto que possibilite formar um gestor público".

Antonio Cesar Cavalcanti, da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, entende que o ensino da disciplina nos cursos de Ciências Contábeis é importante porque trata do dinheiro dos contribuintes e constitui área importante para futuras oportunidades

de trabalho: "Amanhã o formando pode ser um auditor que precisa fazer auditoria em órgão público. Para isso, deve conhecer o que é empenho, liquidação, licitação e orçamento. Ainda que não seja um especialista, precisa saber alguma coisa do traçado da administração pública". Ele defende também a divulgação desse nicho de mercado pelos conselhos regionais e federal de contabilidade.

Trabalhos que tratam da contabilidade pública no total das publicações ainda são raros, segundo o editor da *Revista de Contabilidade e Finanças* da Universidade de São Paulo, professor

Lázaro Lisboa. Ele acredita que "há poucos professores *experts* na área" e que a disciplina "é pouco valorizada devido às condições políticas e à forma como são geridos as instituições e os negócios públicos".

Como em outras áreas, também é possível dividir os estudos de orçamento e contabilidade pública entre técnicos e acadêmicos. Os estudos técnicos estão em constante elaboração e sendo publicados, mas os trabalhos acadêmicos, que dependem de regras mais rigorosas e contribuem de maneira efetiva para o avanço do conhecimento no campo, precisam caminhar muito.

**DEMONSTRATIVOS LRF**Relatório de Gestão Fiscal. Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Janeiro a Agosto de 2005

R\$ 1000							
ESPECIFICAÇÃO	FUNPREVI	TESOURO E OUTROS	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	FUNPREVI	TESOURO E OUTROS	TOTAL
<b>ATIVO DISPONÍVEL</b>	1.683.502	1.137.612	2.821.114	<b>PASSIVO CONSIGNADO</b>	93.239	597.583	690.822
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS</b>	1.683.502	1.137.612	2.821.114				
Caixa	-	102	102	Depósitos de Diversas Origens	1.375	86.765	88.140
Banco	55	48.651	48.706				
Conta Movimento	55	46.691	46.746	Restos a Pagar	77.536	311.244	388.780
Conta Vinculada	-	1.961	1.961	Do Exercício	77.536	305.361	382.896
				De Exercícios Anteriores	-	5.883	5.883
Aplicações Financeiras	1.683.447	1.088.859	2.772.305	Outras Obrigações Financeiras	14.327	199.574	213.902
<b>SUBTOTAL</b>	1.683.502	1.137.612	2.821.114	<b>SUBTOTAL</b>	93.239	597.583	690.822
<b>INSUFICIÊNCIA</b>	-	-	-	<b>SUFICIÊNCIA</b>	1.590.263	540.029	2.130.292
<b>TOTAL</b>	1.683.502	1.137.612	2.821.114	<b>TOTAL</b>	1.683.502	1.137.612	2.821.114

FONTE: CGM - CONTADORIA GERAL

O Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa apresentado acima evidencia que a Prefeitura do Rio de Janeiro alcançou em agosto uma suficiência de caixa no valor de R\$ 2,1 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão de oriundos de recursos previdenciários. O Balanço Orçamentário abaixo, por sua vez, mostra que as receitas arrecadas entre janeiro e agosto superaram as despesas em R\$ 653 milhões.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário.  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Janeiro a Agosto de 2005

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	AGOSTO / 2004	AGOSTO / 2005	EM AGOSTO / 2004	EM AGOSTO / 2005	ATÉ AGOSTO / 2004	ATÉ AGOSTO / 2005	EM AGOSTO / 2005	EM AGOSTO / 2005
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	9.192.608	8.734.451	568.913	581.864	4.934.983	5.223.075	4.257.624	3.511.376
Tributárias	2.761.060	3.068.948	198.890	221.170	1.870.650	2.103.945	890.411	965.003
Contribuições	441.093	588.463	42.818	41.905	306.292	316.324	134.801	272.139
Patrimoniais	772.359	759.013	31.696	37.538	316.676	397.472	455.684	361.541
Industrial	8.191	7.520	740	431	4.234	3.990	3.957	3.530
Serviços	155.179	203.276	8.662	9.900	61.048	58.352	94.131	144.923
Transferências Correntes	3.361.387	3.571.969	249.868	226.131	2.122.581	2.070.626	1.238.806	1.501.343
Outras Receitas Correntes	1.693.338	535.261	36.239	44.788	253.503	272.364	1.439.836	262.897
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	321.926	261.578	31.758	22.121	161.654	139.302	160.272	122.275
Operações de Crédito	257.212	197.222	25.349	12.222	116.783	62.924	140.429	134.298
Alienações de Bens	16.695	19.500	-	93	227	14.690	16.468	4.810
Amort. de Empréstimos	48.019	44.856	5.884	9.337	38.287	57.895	9.732	(13.039)
Transferências de Capital	-	-	525	468	6.357	3.794	(6.357)	(3.794)
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS ( I )</b>	<b>9.514.534</b>	<b>8.996.028</b>	<b>600.671</b>	<b>603.985</b>	<b>5.096.638</b>	<b>5.362.377</b>	<b>4.417.896</b>	<b>3.633.651</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>(6.793.549)</b>	<b>(7.305.514)</b>	<b>(528.053)</b>	<b>(526.601)</b>	<b>(4.085.518)</b>	<b>(4.148.073)</b>	<b>(2.708.030)</b>	<b>(3.157.441)</b>
Pessoal e Encargos	(4.033.149)	(4.479.249)	(306.780)	(348.487)	(2.531.423)	(2.706.047)	(1.501.726)	(1.773.202)
Juros e Encargos da Dívida	(435.466)	(375.563)	(47.334)	(32.583)	(263.873)	(288.878)	(171.593)	(86.685)
Outras Despesas de Correntes	(2.324.934)	(2.450.702)	(173.940)	(145.531)	(1.290.223)	(1.153.148)	(1.034.711)	(1.297.554)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>(2.846.569)</b>	<b>(1.754.950)</b>	<b>(85.570)</b>	<b>(87.651)</b>	<b>(635.917)</b>	<b>(560.473)</b>	<b>(2.210.652)</b>	<b>(1.194.476)</b>
Investimentos	(1.081.637)	(917.712)	(73.802)	(50.831)	(503.724)	(334.074)	(577.912)	(583.639)
Inversões Financeiras	(393.472)	(397.482)	(1.246)	(8.166)	(10.538)	(69.801)	(382.935)	(327.680)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(1.371.460)	(439.755)	(10.522)	(28.655)	(121.655)	(156.598)	(1.249.805)	(283.157)
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>(8.796)</b>	<b>(23.218)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.796)</b>	<b>(23.218)</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS ( II )</b>	<b>(9.648.913)</b>	<b>(9.083.681)</b>	<b>(613.623)</b>	<b>(614.253)</b>	<b>(4.721.435)</b>	<b>(4.708.546)</b>	<b>(4.927.478)</b>	<b>(4.375.134)</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT ( III ) = ( I - II )</b>	<b>(134.379)</b>	<b>(87.652)</b>	<b>(12.953)</b>	<b>(10.268)</b>	<b>375.202</b>	<b>653.831</b>	<b>(509.582)</b>	<b>(741.484)</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51.979</b>	<b>29.934</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: CGM - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.